

O envio da PLOA e os R\$ 26 bilhões de cortes para o ano que vem

- ▶ Os principais temas para o mês de agosto serão i) no executivo, o envio do projeto de lei do orçamento de 2025 (PLOA) em 31 de agosto, incluindo o detalhamento da contenção de despesas de R\$ 26 bilhões anunciada em julho; (ii) a retomada das discussões sobre a renegociação das dívidas estaduais e as compensações para a desoneração da folha e dos municípios no Senado; (iii) discussão na Câmara do segundo projeto de regulamentação da Reforma Tributária, que trata do Comitê Gestor; iv) discussão do Ministério de Minas e Energia, Casa Civil e Ministério da Fazenda sobre o direcionamento do bônus de Itaipu para o abatimento das contas de luz no Rio Grande do Sul e aportes às contas covid e escassez hídrica; v) no Judiciário, finalização do julgamento, por parte do STF, sobre a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e do Cofins; vi) possível antecipação do nome para presidir o Banco Central.

O principal evento de agosto será o envio do projeto de lei orçamentária de 2025 (PLOA) em 31 de agosto. Até lá, será importante acompanhar o detalhamento da contenção de despesas de R\$ 26 bilhões anunciada em julho — variável relevante para a credibilidade da meta de resultado primário zero e do limite de gastos. Apesar de a peça orçamentária prever novamente que as despesas crescerão no limite superior do arcabouço fiscal (2,5%), o cumprimento da regra dependerá da efetividade da contenção de despesas, diante da pressão recente nas despesas com previdência, que subiu novamente em julho e com o BPC (Benefício de Prestação Continuada). O governo sinaliza, com medidas administrativas e projeto de lei, aumentar os controles e apertar critérios na concessão e revisão de diversos benefícios sociais (benefícios previdenciários por incapacidade, BPC e seguro-defeso).

Na volta do recesso do Congresso, a prioridade para os parlamentares estará nos municípios, com eleições para vereador e prefeito. Por isso, um calendário de esforço concentrado deve ser seguido para que as principais pautas avancem. Na Câmara dos Deputados, os dias de esforço vão de 12 a 14 e de 26 a 28. Já no Senado, há previsão de votações nos dias 6 e 7, e 13 e 14.

O Senado deve focar em três projetos: dívida dos estados, compensação das desonerações da folha e da previdência dos municípios e regulamentação da Reforma Tributária do IVA. O projeto da dívida dos estados (PLP 121/2024) é uma prioridade para a casa, mas ainda carece de maior negociação com o Executivo. Avaliamos que projetos de renegociação das dívidas estaduais sem contrapartidas claras de ajuste fiscal são negativos, pois acabam contornando as consequências de políticas desalinhadas com a responsabilidade fiscal ao longo do tempo. As desonerações dos 17 setores (impacto de R\$ 15 bilhões) e da previdência dos municípios (R\$ 8 bilhões) têm gerado impasse entre Legislativo e Executivo pela dificuldade de aprovação de compensações. O Senado enviou oito sugestões ao Governo: i) repatriação de recursos no exterior; ii) regularização de ativos; iii) atualização de valores de ativos; iv) renegociação de multas nas agências reguladoras; v) receita das apostas esportivas; vi) receita da taxação de importados até 50 dólares; vii) recursos esquecidos no sistema financeiro; viii) depósitos judiciais sem titularidade. Avaliamos que essas contrapartidas, apesar de positivas, têm impacto fiscal incerto e, caso aprovadas, não devem ser incorporadas com magnitude semelhante à da desoneração no nosso cenário base. A regulamentação da Reforma do IVA (PLP 68/24), por sua vez, deve ser votada apenas após as eleições municipais.

Já o STF julgará, em 28 de agosto, um recurso que discute a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins. A União pode perder R\$ 35,4 bilhões em cinco anos (cálculos do governo), se o ISS não compuser a base como ocorre atualmente. Uma vitória do governo evita essa perda de arrecadação. Atualmente o placar de votação está em 4x4.

No Ministério de Minas e Energia, segue o impasse sobre o uso do bônus de Itaipu. O Executivo discute se o valor, previsto em R\$ 1,2 bilhão, deverá ser direcionado para zerar contas de luz por três meses no Rio Grande do Sul devido às enchentes. Além disso, há a **discussão sobre antecipar os aportes para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para zerar as contas covid e escassez hídrica.** No primeiro caso, há divergência entre órgãos do governo sobre direcionar apenas a um estado ou a todo o país. No segundo caso, o cenário de um acordo entre governo e Eletrobrás está mais próximo de ocorrer do que estava no mês passado.

Há ainda a possibilidade de antecipação do anúncio do nome que será o Presidente do Banco Central a partir de 2025. As últimas declarações públicas do presidente Lula sugerem uma escolha mais próxima do fim do ano, mas parte do governo tenta convencê-lo a antecipar o anúncio.

Principais eventos do legislativo, do executivo e do judiciário federal em maio

Tema	Detalhamento	Impacto	Considerado no cenário
Detalhamento da contenção de despesas e PLOA	Governo vai divulgar o detalhamento (quais, como e onde) sobre a contenção de R\$ 26 bilhões para 2025 em entrevista coletiva. Além disso, até 31 de agosto governo vai encaminhar a PLOA para o Congresso	Esperado medidas estruturais de contenção, com ajustes em políticas públicas via projetos de lei	-
Regulamentação da Reforma Tributária	Câmara deve aprovar o segundo texto de regulamentação, que institui o Comitê Gestor e faz a distribuição dos recursos aos estados e municípios	Não estimado	-
Desoneração da folha e redução da contribuição do INSS dos Municípios para 8%	Parlamentares conseguiram acordo para manter as desonerações em 2024 e reonerar a partir de 2025, desde que com compensações, até 2028. O Senado enviou oito sugestões de compensações ao Governo	R\$ 15 bilhões para os 17 setores e R\$ 8 bilhões para previdência dos municípios	Nosso cenário contempla que as medidas são implementadas sem compensações
Decisão do MME sobre antecipação das contribuições para a CDE e do uso da tarifa bônus de Itaipu	i) Antecipação das contribuições para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que governo evoluiu para um acordo judicial; ii) definição sobre o uso da tarifa bônus de Itaipu para redução de conta de energia	Impacto na inflação deste ano de -10 bps em caso de antecipação, mas com possível aumento para o ano que vem, a depender do formato adotado sobre os aportes para a CDE. No caso da tarifa bônus, depende do cenário de zerar conta do RS a diminuir a conta para todos os consumidores do Brasil	Não, mas considerado no balanço de riscos
Inclusão de ISS no cálculo de PIS e Cofins a ser julgado no STF	Julgamento teve pedido de vista do ministro Luiz Fux em 2021 com o placar de 4x4. Hoje, o governo conta com essa receita dentro da inclusão do ISS no PIS e Cofins	Perda de R\$ 35,4 bilhões em cinco anos em caso de derrota do governo	Não

Emmanuel Macedo
Thales Guimarães
Luiz Cherman
Pedro Schneider

Pesquisa macroeconômica – Itaú

Mario Mesquita – Economista-Chefe

Para acessar nossas publicações e projeções visite nosso site:

<https://www.itaubba-pt/analises-economicas>



Informações Relevantes

1. Este relatório foi desenvolvido e publicado pelo Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"). Este relatório não é um produto do Departamento de Análise de Ações do Itaú Unibanco ou da Itaú Corretora de Valores S.A. e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM n.º 20, de 2021.
2. Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra e/ou venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra e/ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que o relatório foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. Entretanto, o Itaú Unibanco não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. O Itaú Unibanco não possui qualquer obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e informar o respectivo leitor.
3. As opiniões expressas neste relatório refletem única e exclusivamente as visões e opiniões pessoais do analista responsável pelo conteúdo deste material na data de sua divulgação e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao Itaú Unibanco, à Itaú Corretora de Valores S.A. e demais empresas do grupo econômico do Itaú Unibanco.
4. Este relatório não pode ser reproduzido ou redistribuído para qualquer outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento por escrito do Itaú Unibanco. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros discutidos neste relatório encontram-se disponíveis mediante solicitação. O Itaú Unibanco e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza e tampouco se responsabilizará por quaisquer decisões, de investimento ou de outra, que forem tomadas com base nos dados aqui divulgados.

Observação Adicional: Este material não leva em consideração os objetivos, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer cliente em particular. Os clientes precisam obter aconselhamento financeiro, legal, contábil, econômico, de crédito e de mercado individualmente, com base em seus objetivos e características pessoais antes de tomar qualquer decisão fundamentada na informação aqui contida. Ao acessar este material, você declara e confirma que compreende os riscos relativos aos mercados abordados neste relatório e às leis em sua jurisdição referentes a provisão e venda de produtos de serviço financeiro. Você reconhece que este material contém informações proprietárias e concorda em manter esta informação somente para seu uso exclusivo.

SAC Itaú: Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com o SAC Itaú: 0800 728 0728. Ou entre em contato através do nosso portal <https://www.itaubba-pt/analises-economicas>. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722.